

Nas ruas contra o retrocesso



Nos dias 11 e 12 deste mês, 100 mil trabalhadoras e trabalhadores realizam a V marcha das Margaridas, em Brasília, em defesa dos direitos e da democracia

Mulheres e homens de todo Brasil se encontrarão na capital federal, unidos, com um mesmo grito, por democracia e igualdade. Na noite de 11 de agosto, às 19h, trabalhadoras rurais vindas de todos os cantos do País abrirão a Marcha das Margaridas com ato político no acampamento montado no Estádio Nacional Mané Garrincha. De lá, sairão na manhã seguinte (12), às 7h, em marcha até a Praça dos Três Poderes, lutando contra o conservadorismo, que alimenta o retrocesso, a violência sexista, a discriminação e a pobreza.

Alessandra Lunas, coordenadora-geral da Marcha e secretária

de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, explica que é essencial manter os movimentos sociais fortes e coesos neste momento da política brasileira, com fortes ataques da direita aos trabalhadores e à democracia. "A conjuntura que se desenha após as eleições exige que as margaridas e toda a sociedade tenham coragem e ousadia para continuar se afirmando como sujeitos de direitos e sujeitos políticos, a fim de garantir reformas políticas capazes de proporcionar mudanças em estruturas históricas que ainda sustentam as desigualdades e a

discriminação no país".

Promovida pela Contag, federações e sindicatos, a Marcha das Margaridas, desde o ano 2000, tem como foco o combate à pobreza, o enfrentamento à violência contra as mulheres e a defesa da soberania alimentar e da agricultura familiar para a construção de uma sociedade baseada no respeito ao meio ambiente e às diversidades racial, étnica, geracional e cultural. "Seguimos denunciando, reivindicando, propondo e negociando ações e políticas públicas com o governo e o Congresso, que nos proporcionem 'Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Au-

tonomia, Igualdade e Liberdade', como diz o nosso lema para este ano", destaca Lunas.

Contra roubo de direitos

A secretária de Mulheres Trabalhadoras da CUT Brasília, Izaura Oliveira, lembra a importância da Marcha neste momento. "A distribuição de renda e a melhoria na qualidade de vida de milhões de brasileiros que viviam na extrema pobreza incomodam bastante àqueles que sempre lucraram à custa do povo brasileiro. Por isso, iremos às ruas dizer não ao retrocesso, àqueles que querem roubar direitos dos trabalhadores e aos golpes contra a democracia".



Rodrigo Britto,
presidente da CUT
Brasília

"A Marcha das Margaridas não é de responsabilidade apenas das mulheres do campo, mas de toda cidadã e todo cidadão brasileiro que acredita em um país melhor e com mais igualdade social. Nos dias 11 e 12 de agosto, brasileiros e brasileiras, vamos à luta mais uma vez!"

Somos todas Margaridas

O dia escolhido para marchar, 12 de agosto, marca o dia da morte de um dos maiores símbolos de luta pelos direitos das mulheres e de todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Margarida Maria Alves, líder sindical da Paraíba, foi bru-

talmente assassinada em frente a sua casa, por enfrentar injustiças e construir uma história de resistência e combate à desigualdade em sua Região.

Margarida não se calou, não foi coagida por latifundiários e patrões. Ela representa todas as mulheres trabalhadoras do Brasil. Símbolo da luta contra a opressão, contra o rou-

bo de direitos, mostrou à sociedade que a igualdade deve ser para todos, dando sua própria vida por acreditar em uma sociedade mais justa. "Quando lutamos contra todas as formas de preconceito, injustiça e desigualdade, nos nossos espaços, pelo Brasil, somos todas Margaridas", enfatiza a secretária Izaura Oliveira.



Não ao Plano Levy e ao ajuste fiscal



Rodrigo Britto,
presidente da CUT Brasília

A Central Única dos Trabalhadores rejeita e combate as medidas de ajuste fiscal propostas pelo governo federal, que incluem cortes de direitos e de investimentos, na contramão dos anseios da classe trabalhadora. O Plano Levy, como ficou conhecido o conjunto de projetos para tentar equilibrar contas e tirar o País da crise econômica, foi moldado exclusivamente para satisfazer o sistema financeiro, em detrimento dos direitos trabalhistas e do investimento em políticas sociais. O plano faz o trabalhador pagar a conta.

Nessa luta, a CUT tem mobilizado os trabalhadores para fazer o governo voltar ao rumo do

crescimento e diminuir as injustiças e distâncias sociais. O mais recente ato que fizemos contra o ajuste fiscal aconteceu na manhã do dia 28 de julho em frente ao Ministério da Fazenda. Fomos às ruas dizer não ao Plano Levy e bradar por um país mais justo e uma sociedade igualitária.

Essa política do ministro Joaquim Levy tem levado o país a uma recessão, ao desemprego. Nós queremos uma outra política econômica, que cobre de quem tem condições. Em vez de penalizar os trabalhadores, o ajuste deveria ser feito com taxaço dos especuladores e das grandes fortunas, daqueles que enriquecem à custa da classe trabalhadora. Es-

tamos nos preparando para apresentar uma proposta alternativa ao governo federal.

A política econômica baseada na elevação dos juros para conter consumo e controlar a inflação é tiro no próprio pé, pois aumenta as contas do governo, favorecendo banqueiros, rentistas e especuladores, afetando a produção, o emprego, a renda e o consumo. É a política proposta por aqueles que foram derrotados nas urnas.

Queremos a política que deu certo, que combate a miséria, distribui renda e investe na produção, no trabalho e no social, na educação, na saúde, na habitação.

Veja como você paga a conta

Em 2015, os direitos dos trabalhadores estão sendo ferozmente atacados. Confira alguns exemplos:

PL 4330 – A Câmara dos Deputados aprovou o maior roubo de direitos dos trabalhadores que se tem notícia na história. O PL permite a subcontratação em todas as atividades, inclusive nas atividades-fim, o que vai precarizar generalizadamente o trabalho com demissões para subcontratar, redução de salários, aumento de jornada, fim de pisos e de concursos, fraudes em acordos coletivos, desmembramento de categorias e sindicatos e enfraquecimento da união e organização dos trabalhadores. Agora o PL 4330 está no Senado, onde rece-

beu o nome de PLC 30.

MPS 664 e 665 – Como parte do ajuste fiscal, o governo conseguiu aprovar as Medidas Provisórias 664 e 665, que afetaram benefícios dos trabalhadores. A primeira dificultou acesso e concessão de auxílio-doença e pensão por morte. A MP 665 mudou as regras de pagamento do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso para o pescador artesanal.

Progressividade e fator 90/100 – O governo vetou a Fórmula 85/95 (reivindicação do movimento sindical) para cálculo das novas aposentadorias e criou uma alternativa, introduzindo uma progressividade que, até 2022, fará valer o fa-

tor 90/100, aumentando em dois anos e meio o tempo necessário para se aposentar. Na fórmula vetada, 85 é a soma do tempo de contribuição e da idade para mulheres e 95 para os homens. A progressividade anula a conquista que representa a fórmula 85/95 no lugar do famigerado fator previdenciário (criado pelo governo FHC) que vinha reduzindo em até 40% o valor das aposentadorias. Para evitar a redução da renda dos novos aposentados com a progressividade proposta pelo atual governo, a deputada Erika Kokay (PT-DF) apresentou três emendas para resgatar a Fórmula 85/95, atendendo ao movimento sindical.



Em defesa de direitos, na luta por avanços



Dia 7 de julho

Ato e vigília dos servidores federais contra o arrocho salarial

Servidores públicos federais realizaram manifestação em frente ao Ministério do Planejamento e cobraram valorização do funcionalismo. A categoria rejeitou a proposta do governo de reajuste salarial abaixo da inflação, escalonado até 2019.

Início da greve dos servidores da Seguridade Social do DF

Trabalhadores da Seguridade Social do DF iniciaram paralisação, com ato em frente ao prédio da Previdência Social. A greve foi deflagrada nacionalmente no dia 10 de julho, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS, e atinge mais de 20 estados.



Dia 13 de julho



Dia 15 de julho

Rodoviários param em apoio à greve da TCB e das cooperativas

Rodoviários de empresas privadas se uniram aos trabalhadores da TCB e de cooperativas em ato realizado na Rodoviária do Plano Piloto. As atividades foram paralisadas por três horas. Os rodoviários da TCB cobraram do GDF reajuste salarial de 20%, entre outros pontos. Já os rodoviários das cooperativas, exigiram a equiparação salarial com os trabalhadores das empresas privadas de ônibus.

Vigilantes do Palácio do Itamaraty cruzam os braços

Com 21 dias de atraso no pagamento de benefícios, os vigilantes da empresa de segurança Sitran que prestam serviço no Palácio do Itamaraty pararam as atividades por dois dias. O pagamento dos benefícios foi regularizado após a pressão.



Dia 20 de julho

Querem calar e reprimir os trabalhadores



Na última sessão plenária antes do recesso parlamentar, em 30 de junho, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou o Projeto de Lei 572/2011, que restringe o direito de manifestação nos espaços públicos de Brasília. De autoria do deputado Cristiano Araújo (PTB), o PL proíbe horários específicos para a realização dos protestos, exige que as entidades notifiquem o governo sobre os protestos com 48 horas de antecedência para que o local seja definido pelos órgãos de segurança, entre outros pontos.

Para o movimento sindical e as representações políticas comprometidas com a democracia e com a classe trabalhadora, o Projeto de Lei é autoritário, anti-

democrático e fere o direito legítimo à manifestação, garantido na Constituição Federal de 1988, após 25 anos de ditadura militar.

Movimento criminalizado

“Se for sancionado, esse Projeto de Lei (572/2011) vai criar um clima de repressão aos movimentos sociais em Brasília, sobretudo ao movimento sindical, pois o PL não é uma iniciativa isolada. Recentemente, saiu uma medida da secretaria de Segurança Pública do DF, que permite a prisão de manifestantes sob o argumento de dano à ordem e ao patrimônio público ou desacato a autoridade”, argumenta o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto.

De acordo com o líder sin-

dical, ao invés de organizar da melhor maneira possível as manifestações e o trânsito, o projeto possui a repressão como plano de fundo e visa desmobilizar a classe trabalhadora.

“Esperamos que o governador vete o projeto como sinalização que tem interesse na democracia, no diálogo com o movimento sindical e os movimentos sociais”, explica Rodrigo Britto. “Além de manifestações e denúncias para alertar a sociedade dos riscos da aprovação desse Projeto, a CUT Brasília vai preparar medidas nos âmbitos político e jurídico para garantir o direito constitucional de manifestação dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira”.



Fique atento com o PPE

O Programa de Proteção ao Emprego, cuja criação (MP 680) se encontra em análise no Congresso Nacional, permite a redução da jornada de trabalho e o salário em até 30% durante o período de seis meses, prorrogável por até mais seis. É um programa cujos efeitos e perdas podem ser agravados pelas dezenas de emendas à MP apresentadas pelos setores empresariais e financeiros. A CUT Brasília é contra qualquer projeto ou medida que reduz direitos e salários e estará de olho nos projetos em trâmite no Congresso Nacional.



Dia 22 de julho

Servidores federais reforçam insatisfação e indicam generalização da greve

Milhares de servidores de todo Brasil realizaram marcha em Brasília por melhorias nas propostas apresentadas pelo governo à Campanha Salarial 2015. Eles reforçaram a possibilidade de ampliar a greve nacional em todos os setores do serviço público federal.

Petroleiros param em defesa da Petrobras

A greve de advertência dos petroleiros durou um dia e repudiou o novo Plano de Gestão e Negócios da Petrobras 2015/2019. Eles também protestaram contra o PLs 131, o projeto entreguista de Serra, que pode tirar da Petrobras o papel de operadora única do pré-sal.



Dia 24 de julho



Dia 27 de julho

Trabalhadores rurais ocupam sede do Incra

Entre os pontos da extensa pauta de reivindicações, os trabalhadores rurais exigiram desde questões básicas nos assentamentos, como água e luz, até temas mais complexos, como a implementação do Pronaf Mulher (programa de crédito) e a vistoria de fazendas para o assentamento de famílias.

Protesto no Buriti contra calotes do GDF e projeto de repressão

Várias categorias do campo e da cidade se uniram aos servidores públicos do DF na Praça do Buriti para protestar contra projetos do governo Rollemberg que lesam direitos dos servidores. Eles também repudiaram o Projeto de Lei do deputado Cristiano Araújo (PTB) que restringe o direito constitucional de manifestações dos movimentos sociais no Eixo Monumental.



Dia 28 de julho

Vem aí a Guerrilha Cultural



Promovida pela CUT Brasília, a Guerrilha Cultural utiliza a cultura para levar o debate político e sindical à sociedade. Com apresentações artísticas, discussões, panfletagem e falas políticas, as atividades da Guerrilha serão realizadas de 7 a 10 de agosto. Nesta edição, o evento fará debate sobre a Marcha das Margaridas, em favor da

democracia e contra as retiradas de direitos e ataques à classe trabalhadora. Como de praxe, a Guerrilha Cultural será realizada em espaços públicos de grande circulação, como praças, feiras e outras áreas de livre acesso popular. A programação detalhada do evento será disponibilizada no site e no Facebook da CUT Brasília. Fique ligado!

Dica aos trabalhadores

Nova alternativa à aposentadoria

Entenda a Fórmula 85/95 e a progressividade do cálculo

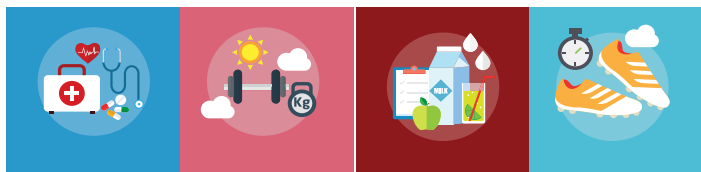
A fórmula 85/95 para concessão de novas aposentadorias, vetada pela presidenta Dilma Rousseff, é reivindicação do movimento sindical desde a implantação do famigerado Fator Previdenciário, imposto pelo governo tucano de FHC, que reduziu as aposentadorias em até 40%. A Fórmula estipula que, para ter direito integral à aposentadoria, o somatório do tempo de contribuição e da idade das trabalhadoras deve chegar a 85 anos e dos trabalhadores, a 95 anos. Após o veto presidencial que ainda pode ser derrubado pelo

Congresso, o Executivo enviou para análise da Casa a Medida Provisória 676/15, que estabelece fórmula progressiva para o cálculo das aposentadorias. Baseada em estimativas de crescimento da expectativa de vida, a progressividade estipula que a Fórmula cresça gradativamente em cinco pontos, a partir de 2017, até completar 90/100, em 2022. O trabalhador poderá escolher o fator previdenciário ou o somatório dos dois parâmetros. O tempo de contribuição exigido continua sendo 30 anos (mulher) e 35 (homem).

Dica de saúde

O tempo seco, além de incômodo, viabiliza problemas de saúde como rinite, asma e bronquite, e pode levar a outros mais sérios, como infarto e acidente vascular cerebral (AVC). Por isso, no período de clima seco e baixa

umidade do ar, é preciso redobrar os cuidados com a saúde: beba bastante água, consuma frutas ricas em líquido, como melancia e melão, e evite a prática de exercícios intensos ao ar livre em períodos de alta incidência solar.



Agenda Cultural - Agosto/2015

Espaço Cultural Cio das Artes

O Cio das Artes integra Cultura e Política com uma programação que promove os artistas de Ceilândia, oferece entretenimento e instiga a reflexão e o debate político. No mês de agosto, o foco será o repúdio à redução da maioria penal e em favor da democracia. O espaço funciona de quarta a domingo, a partir das 16h.

Programação

7 de agosto: Rap e Hip Hop com DJ Jamaica e outras atrações locais, a partir das 19h. Entrada: R\$ 10

29 de agosto: Festa anos 80 com Animals Day e outras atrações locais, a partir das 19h. Entrada: R\$ 10

Todas as quartas-feiras: Sarau da 4ª, das 18h às 21h. Entrada franca

Todos os domingos do mês de agosto: Atividade cultural com falanges políticas contra a redução da maioria penal. Entrada franca

Endereço: EQNP 10/14, Bloco "E", Setor P Sul, Ceilândia Sul. Espaço Cultural Cio das Artes

Cineclube dos Bancários

3 de agosto: Tim Maia

Direção: Mauro Lima

Gênero: Drama/ Biografia

Duração: 140 minutos

10 de agosto: Illegal

Direção: Tarso Araújo e Raphael Erichsen

Gênero: Documentário

Duração: 90 minutos

17 de agosto: O candidato honesto

Direção: Roberto Santucci

Gênero: Comédia

Duração: 110 minutos

24 de agosto: Ruan e Evita

Direção: Paula de Luque

Gênero: Drama/ Biografia

Duração: 110 minutos



O cineclube é realizado sempre às 20h, no Teatro dos Bancários, na EQS 314/315

Circula nos bastidores do samba que o governador Rodrigo Rollemberg, pelo segundo ano consecutivo, não liberará a verba de subvenção para o desfile das escolas do próximo ano.

Os membros da Uniesb demonstram receio porque o governador vem adiando a reunião com as escolas sobre o assunto desde maio. Há promessa de que o encontro se realize neste mês de agosto. Caso não ocorra, o Carnaval ficará cada vez mais inviabilizado.

O presidente da Uniesb, Geomar Leite, o Pará, diz que as escolas já estão todas com os enredos prontos, necessitando da liberação dos recursos a partir de outubro para a contratação de mão-de-obra e aquisição de materiais para produzir todo o desfile, que é importante em

todos os sentidos para a população de Brasília.

"Mais que uma atividade cultural, o Carnaval é um mecanismo de inclusão social por meio da cultura e lazer e um evento gerador de empregos e renda", diz o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto.

"Esperamos que o governador entenda isso", completa Pará.

Estamos de Olho